



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

16/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Comissão aprova proposta que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 2026

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2541/21, que prorroga de dezembro de 2021 para dezembro de 2026 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, considerados alguns dos mais intensivos em mão de obra.

Os setores são: calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

A comissão acolheu parecer favorável do relator, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). “A extinção da desoneração da folha representaria obstáculo à manutenção e à geração de empregos, pois agravaria custos de contratação para os importantes setores da indústria, dos serviços, dos transportes e da construção”, disse.

“A pandemia da Covid-19 impõe incertezas sobre a recuperação econômica no curto prazo. O ritmo da retomada não se encontra num patamar satisfatório, e os segmentos mais diretamente afetados pelo distanciamento social continuam bastante deprimidos. Por isso, não parece oportuno retirar os estímulos fiscais hoje existentes, em especial os de natureza tributária”, afirmou Goergen.

“Proponho a continuidade da desoneração da folha de pagamentos para todos os setores que atualmente se valem dela, a fim de promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico”, disse o autor, deputado Efraim Filho (DEM-PB). Já o aumento da Cofins-Importação visa proteger os fabricantes brasileiros.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 16 de agosto.

Inflação para os mais pobres chega a 10,63% no acumulado de 12 meses

A inflação desacelerou em agosto para as famílias de renda mais baixa, mas os brasileiros mais pobres ainda sentem um impacto superior da disparada de preços. É o que indica um estudo mensal divulgado nesta quarta-feira (15) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Entre as famílias de renda considerada muito baixa, a variação nos preços passou de 1,12% para 0,91%. Mesmo com a desaceleração, a inflação acumulada em 12 meses até agosto alcançou 10,63% nesse grupo —estava em 10,05% até julho.

Tanto o avanço de 0,91% quanto o de 10,63% são os maiores da pesquisa. Segundo o Ipea, as famílias de renda muito baixa são aquelas com rendimento domiciliar inferior a R\$ 1.808,79 por mês.

O estudo ressalta que, no acumulado, a inflação dos mais pobres segue “significativamente acima” da registrada pela classe de renda alta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de agosto.

IGP-10 cai 0,37% em setembro após forte alta em agosto

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) passou a cair 0,37% em setembro depois de registrar alta de 1,18% em agosto, informou nesta quinta-feira a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Saiba mais em: aovivo.folha.uol.com.br, quinta-feira 16 de agosto.

Supermercado vai vender produto de cesta básica com preço de atacado

Em meio à alta da inflação, o Extra Hiper começa nesta semana a vender produtos da cesta básica com preço de atacado, mesmo que o cliente leve apenas uma unidade. No início do ano, a rede lançou promoção para favorecer o parcelamento na compra de alimentos no cartão.

Arroz, feijão, óleo de soja e leite, produtos de limpeza e higiene pessoal estão na lista de quase 30 mercadorias que entram na nova precificação de atacado. A empresa diz que a percepção de economia é de mais de 20% no valor dos itens.

Segundo o Extra Hiper, a mudança foi baseada em uma pesquisa com consumidores. O objetivo é acompanhar as necessidades e garantir o poder de compra dos clientes, já que muitos não conseguem comprar ou não precisam dos produtos em grande quantidade.

Para ter acesso ao preço de atacado, o consumidor precisa entrar no programa de fidelidade da rede e ativar os descontos no aplicativo.

Em março de 2021, diante da inflação que já avançava, o Extra Hiper lançou uma campanha para parcelar alimentos no cartão, ação que costumava ser feita apenas em períodos como Natal e Páscoa, para produtos sazonais, de valor mais alto.

Saiba mais em: www1.folha.uol.com.br, quinta-feira 16 de agosto.

Governo pede novos estudos sobre horário de verão

Apesar de crescente pressão de setores econômicos, o MME (Ministério de Minas e Energia) avalia que a volta do horário de verão teria impacto limitado no consumo de eletricidade do país e não ajudaria a enfrentar a crise energética atual.

Ainda assim, afirma que pediu novos estudos ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) para avaliar a questão "à luz da atual conjuntura de escassez hídrica", em meio a pressões de setores econômicos pelo retorno do programa extinto em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"A contribuição do horário de verão é limitada, tendo em vista que, nos últimos anos, houve mudanças no hábito de consumo de energia da população, deslocando o maior consumo diário de energia para o período diurno", diz o ministério, em nota.

"Assim, no momento, o MME não identificou que a aplicação do horário de verão traga benefícios para redução da demanda", continua, frisando que pediu que o ONS "reexaminasse a questão". O operador disse que não comentaria o tema.

Setores como o de turismo, serviços e shoppings centers vêm pressionando o governo pelo retorno do programa. Além da possibilidade de economizar energia, eles seriam beneficiados com o aumento da circulação de pessoas no início da noite.

Saiba mais em: www1.folha.uol.com.br, quinta-feira 16 de agosto.